

O pacote e a globalização

Economia - Brasil

LUIZ PINGUELLI ROSA

Em contagem regressiva, crises na Coréia, em Hong Kong, na Tailândia e no México indicam que a política econômica, orientada pelo Banco Mundial e o FMI, rifou o Brasil num jogo internacional de apostas, no qual se tornou a bola da vez. O aumento dos gastos em juros será de 20 bilhões de reais, fora os 13 bilhões transferidos em outubro do Banco Central para os bancos privados, que no Proer tinham ganho outros R\$ 20 bilhões. E US\$ 9 bilhões das reservas cambiais foram queimados. A maioria não faz idéia do que significam tais valores com que brincam os tecnocratas com ar de enfado e indiferença. Vamos compará-los a coisas reais.

Foram apurados nas privatizações das empresas elétricas, apresentadas como tábua de salvação, cerca de R\$ 12 bilhões. Imaginemos o quanto de rede elétrica, transformadores, usinas, lagos, barragens, milhares de engenheiros, dezenas de milhares de empregados, milhões de consumidores têm a Light e a Cerj no Rio, a CPFL em São Paulo, a Coelba na Bahia, a parte da CEEE vendida no Rio Grande do Sul, a Escelsa no Espírito Santo e a Energisa no Mato Grosso. É claro que estas empresas foram subavaliadas, pelos economistas do Governo nas privatizações, como evidencia o ágio de 93% numa das úl-

timas vendas. Com base nele, renormalizando os valores das demais, podemos calcular que os contribuintes podem ter perdido R\$ 4 bilhões nas privatizações feitas com ágios mínimos.

A dívida governamental tem aumentado muito nos últimos anos e consta que está em R\$ 270 bilhões, devido aos juros altos pagos pelo Governo para atrair capitais, que agora fogem. Logo, R\$ 12 bilhões das privatizações do setor elétrico abateram apenas cerca de 4% da dívida. O déficit previsto para 1997 no comércio exterior, antes superavitário, é cerca de R\$ 9 bilhões por causa da sobrevalorização do real em relação ao dólar, adotada pelo Governo como tática para controlar a inflação. Este déficit e os dispêndios no exterior com serviços, juros da dívida externa, que ultrapassa US\$ 200 bilhões, fretes e tecnologia elevarão em 1997 a US\$ 34 bilhões o déficit nas transações correntes, que era de US\$ 1,7 bilhão, em 1994. Cresceu, portanto, 20 vezes em três anos. A perda anual é quase o triplo do apurado na venda das empresas elétricas.

Tantos déficits teriam explodido o país se não fossem captados dólares no exterior, atraídos pelos juros altos que aceleraram o crescimento da dívida do Governo. O Brasil se tornou fisicamente dependente deles como um viciado em drogas. As reservas ultrapassaram US\$ 60 bi-

lhões, mas são voláteis, já erodidas em US\$ 9 bilhões com a crise. Perdeu-se em poucos dias várias vezes o que se apurou na venda da Vale do Rio Doce, cujo patrimônio foi construído em décadas com o trabalho dos brasileiros, que são desempregados com essa política.

O pacote do Governo agravará o desemprego que cresce com a substituição de produtos nacionais por importados, com a importação de componentes de alto valor agregado para montagem pela indústria e com a contratação de todo tipo de serviços técnicos e de engenharia no exterior. Cerca de 70% das empresas elétricas vendidas são agora de grupos estrangeiros e vão aumentar os dispêndios no exterior. São efeitos da globalização, em parte, mas o Brasil tem dimensões em mercado e recursos internos para barganhar. Os EUA condicionam empréstimos, como no Sivam, à geração de empregos lá. Aqui o BNDES financia privatizações e a mera recompra de ações. Não é verdade que o desemprego seja um problema de educação, pois jovens se formam nas universidades e não encontram trabalho. Entretanto, 3,5 milhões de crianças de 10 a 17 anos trabalham 40 horas semanais e

um milhão procura emprego, pois 20 milhões de crianças até 14 anos são de famílias com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo, das quais 522 mil crianças de 5 a 9 anos trabalham. São dados do IBGE. Economia informal infantil e desemprego formal de adultos.

O pacote culpa os gastos públicos pelo déficit, que entretanto cresceu muito pelos encargos financeiros da política macroeconômica. As contas não fecham devido aos juros por ela determinados. O número de funcionários federais diminuiu 28% de 1989 para 1997. Seus salários estão congelados há três anos, apesar da inflação acumulada, exceto para certos cargos da alta burocracia. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, há falta de verba para limpeza, luz e telefone. E o pacote vai cortar mais, inclusive bolsas de estudantes.

Segundo o presidente da Capes, o corte de R\$ 0,1 bilhão em 1998 reduzirá muito o número de bolsistas no próximo ano, fechando as portas aos jovens que se estão graduando.

Para cobrir com R\$ 100 milhões por ano o rombo de R\$ 20 bilhões dos juros seriam necessários 200 anos. Para ava-

liar o que é este tempo, imaginemos dois séculos atrás, em 1797, o que era o Brasil, ainda colônia, antes da vinda de João VI. Levaria 57 anos para cobrir R\$ 20 bilhões com os R\$ 0,35 bilhão anuais da demissão de 33 mil funcionários, atingindo cerca de 150 mil familiares. Segundo a PNAD (IBGE) entre 1995 e 1996 o desemprego já aumentou de 6,1% para 6,9% ou 570 mil novos desempregados, que são cinco milhões. Qual o custo para a sociedade em violência, criminalidade, desequilíbrios psicológicos, doenças, mortalidade infantil? Admite-se internalizar custos ecológicos, mas não as externalidades perversas do desemprego.

As entrevistas dos economistas do Governo soam como os construtores de um edifício novo que desabou colocando a culpa nos moradores, vitimados sob os escombros. Um deles disse que ir ao FMI é perder soberania mas que já segue orientação do FMI. É ilógico. Esta política colocou o país num beco sem saída. Fugir para a frente é bater no muro. O problema é mudá-la sem disparar a inflação engatilhada numa armadilha. Há uma bomba de efeito retardado, disse em seminário na Coppe o professor Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia da UFRJ. Precisamos desarmá-la para refazer o futuro, sem volta ao passado.

LUIZ PINGUELLI ROSA é diretor da Coppe/UFRJ